

# O Economista

Revista do Conselho Regional de Economia de Santa Catarina (Corecon-SC)

Ano XVI - Nº 86 | 2021.01



A economia se  
prepara para o  
pós-pandemia

Págs. 08 e 09

Conheça quem faz  
o Corecon-SC

Pág. 07



Corecon compartilha  
conhecimento por  
meio de lives

Pág. 05

## Palavra do Presidente

Caros economistas,

Ao assumirmos a gestão do Conselho Regional de Economia de Santa Catarina, primamos em fazermos uma avaliação criteriosa das demandas internas voltadas à categoria, como forma de delinear nossas ações no decorrer do período. Vivenciando o momento crítico no qual a sociedade brasileira vem enfrentando as mazelas impostas pela pandemia da covid-19, o Corecon/SC, assim como toda instituição pública ou privada, também se ajustou e readequou suas atividades administrativas, sem, no entanto, perdermos o ímpeto de prosseguirmos com as ações voltadas ao desenvolvimento e qualificação dos profissionais economistas, principalmente aqueles que buscam se inserir no mercado de trabalho.

Para tanto, apoiamos a realização dos cursos de Perícia Econômico-Financeira, que foram muito bem recebidos por parte daqueles que buscam ampliar os conhecimentos no assunto, ou que vislumbram a possibilidade de empreender uma nova atividade profissional. Também a realização de debates através das lives em nosso canal no YouTube tem contribuído para alcançarmos os objetivos definidos. Nossas comissões de trabalho reúnem-se constantemente no sentido de pensarem e delinearem novas proposições de ações voltadas exclusivamente para o crescimento do nosso bem maior que é o economista.

Cientes de que este desafio está inserido dentro de um cenário altamente conturbado neste momento, temos a convicção que num futuro próximo o país conseguirá acelerar o processo de vacinação e com isso ter uma consequente melhora da situação pandêmica, garantindo assim, que tenhamos a reabertura da economia, com a plena atividade dos meios produtivos. Sabemos que no campo político e administrativo, o país tem muito o que resolver, a começar pelo orçamento recém-aprovado, fruto de acirrada discussão no Congresso, onde paira a dúvida se haverá recursos suficientes para atendimento das despesas obrigatórias, porém, entende-se que a recente alta da inflação poderá contribuir para uma suficiente folga orçamentária, principalmente no ano seguinte. Espera-se, portanto, uma plena abertura, principalmente no setor de serviços, que detém as condições de absorver rapidamente a mão-de-obra disponível e intensificar a recuperação/inclusão no emprego, o que contribuirá para um arrefecimento estrutural no desemprego, decorrente do aumento na produtividade.

Estas deverão ser as questões importantes para a conjuntura econômica brasileira nos próximos anos e o país terá que estar atento e preparado para este período pós-pandemia, que certamente exigirá uma eficiente reforma administrativa e fiscal, desenvolver um agronegócio sustentável, adoção da tecnologia para obter ganhos de produtividade e melhorar suas políticas de distribuição de renda. Esse é o nosso sonho de crescimento, e temos a certeza de que o profissional economista será fundamental para atingi-lo.

**Sílvio Martins Filho**

Presidente do Corecon-SC



## Palavra da Vice-Presidente

Olá, tudo bem?

Eu sou Bruna Furlanetto, sou vice-presidente do Corecon de Santa Catarina, atuei como conselheira suplente, passei a efetiva e logo deixei meu nome à disposição para vice-presidência, onde fui muito bem recebida.

Sou formada em Ciências Econômicas, especialista em finanças e Mestre em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais. Atualmente sou professora e coordenadora do curso de Ciências Econômicas na Unochapecó e Assessora de Investimentos Nippur Finance|XP Investimentos.

Estar contribuindo na vice-presidência do Corecon-SC ao mesmo tempo que se apresenta como um grande desafio é uma grande oportunidade, pois como economistas temos muito a contribuir com a sociedade, visando o crescimento e desenvolvimento das nossas regiões dentro do Estado de Santa Catarina.

Disseminar a profissão do economista, fortalecer a classe de profissionais, valorizar a profissão mostrando a importância destes profissionais principalmente em momentos de crise como o que estamos passando é um dos nossos objetivos frente ao Corecon-SC, seguindo com uma gestão participativa e inclusiva, onde todos tenham espaço, possam interagir e contribuir com ideias e projetos, visando o bem comum.

Diante disso, convidamos a todos os economistas catarinenses para realizarem o registro no Corecon-SC, participarem ativamente do Corecon-SC, cooperando com sugestões e ideias e juntos contribuirmos com o crescimento econômico e com o desenvolvimento do nosso Estado.

**Bruna Furlanetto**

Vice-Presidente do Corecon-SC

### Revista O Economista

#### Produção e Edição:

Conceito.Com Comunicação Customizada

#### Projeto Gráfico e Editoração:

LEX DIGITAL

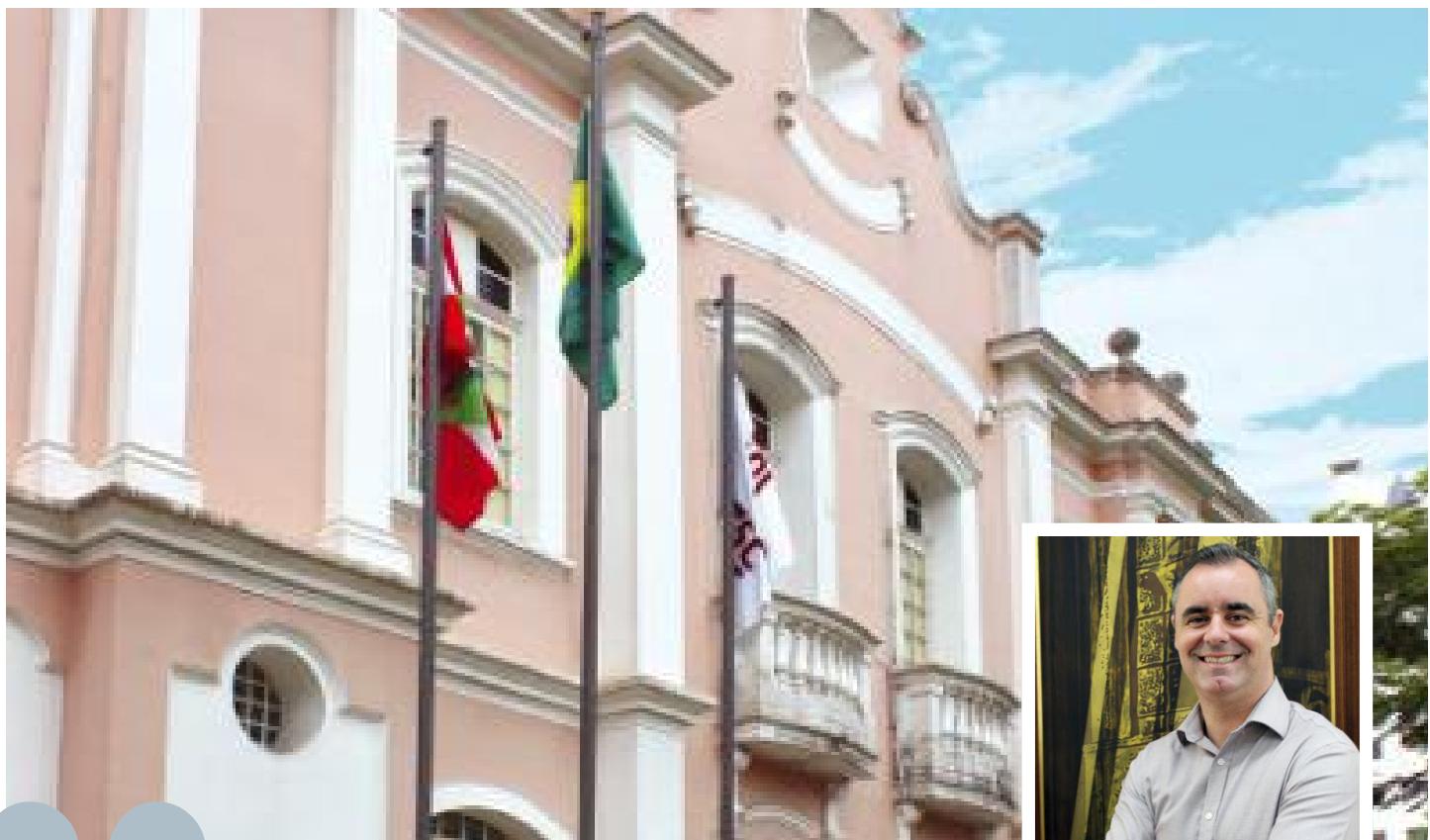
#### Conselho Editorial:

Sílvio Martins Filho (Presidente)

Rodrigo Martins (Gerente Executivo)

Marilene Rodrigues (Ass. de Imprensa)





# Buscamos nos reinventar

Entrevista com o diretor-presidente do Badesc Economista Eduardo Alexandre Corrêa de Machado

Eduardo Alexandre Corrêa de Machado é funcionário de carreira da Agência de Fomento do Estado (Badesc), onde já atuou como analista de Planejamento e Financeiro, gerente de Auditoria Interna e de Planejamento e Inovação. Atualmente é o diretor-presidente da instituição.

No currículo, o economista Eduardo Corrêa de Machado traz graduação pela UFSC; MBA em Administração Global pela Universidade de Lisboa (Portugal/Esga); MBA em Investimentos e Mercado de Capitais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), além de mestre em Administração pela Unisul.

Nesta entrevista exclusiva para a revista digital O Economista, o diretor-presidente do Badesc fala do pós-pandemia e, de forma clara, mostra as ações do governo do Estado para socorrer o micro e pequeno empresário, além de identificar os principais impactos no mercado catarinense.

*O Economista - Como o senhor avalia/identifica os principais impactos da pandemia nos setores da economia catarinense?*

**Eduardo Alexandre Corrêa de Machado** - A pandemia chegou sem pedir licença e obrigou o mundo, e especialmente os negócios a se reinventarem. O isolamento social necessário para conter o avanço da covid-19 fez os principais setores da economia entrarem em queda livre. Grandes e médias empresas passaram por dificuldades, seja por falta de insumos para produção, seja por estoques “encalhados”. Micro e pequenos empresários, contidos na base da pirâmide empresarial e geradores de grande parte dos postos de trabalho, fecharam seus negócios, outros demitiram funcionários para tentar se manter e seguem buscando se reinventar para a continuidade dos negócios.

*O Economista - Houve quem conseguiu administrar a crise e se reinventar?*

**Eduardo Alexandre Corrêa de Machado** - Alguns poucos setores da economia observaram melhorias no faturamento e no volume de negociações, em especial aqueles que fornecem produtos e serviços de necessidade básica, consumidos por uma população que precisou buscar alternativas à restrição social imposta pela pandemia, impulsionados por recursos financeiros do auxílio emergencial ou que seriam consumidos com cultura e lazer.

Também não há dúvida que a pandemia impôs uma rápida aceleração no processo de digitalização dos negócios, algo que talvez levaríamos 10 anos para evoluir, tivemos que fazer em doze meses ou menos. No Badesc também buscamos nos reinventar. Em pouco mais de 24h colocamos todos nossos

funcionários em atendimento home office e com um dos maiores desafios da história em mãos: fornecer crédito emergencial aos micro e pequenos empresários. Não há como mensurar efetivamente as marcas que essa pandemia deixará, que vão muito além da questão econômica, estou falando de vidas perdidas, famílias devastadas e sequelas profundas. Muitos negócios perderam seus fundadores e colaboradores e mesmo assim tiveram que seguir.

**O Economista - Quais as principais ações do Badesc no fomento de crédito aos micro empreendedores durante a pandemia?**

**Eduardo Alexandre Corrêa de Machado** - Muito embora a pandemia não tenha encontrado o fim e estejamos superando os números de contratações de 2020, compartilharemos a evolução percebida no exercício de 2020, buscando fornecer uma ideia do nosso esforço em fazer mais com o mesmo quadro funcional e mesmas fontes de recursos existentes.

Crescemos em 273% o número de operações de crédito contratadas junto ao setor privado, se comparado ao ano anterior (2019). Foi o maior número histórico, 2,7 vezes maior que o próximo número encontrado na base de dados. Se focarmos apenas nas operações para os portes micro e pequenos, encontramos um volume financeiro 307% maior que 2019, e um número de empresas atendidas 88% maior que o próximo maior número histórico.

**O Economista - Como o Badesc se preparou para uma possível demanda de busca por capital de giro?**

**Eduardo Alexandre Corrêa de Machado** - Essa pandemia trouxe uma demanda infinita por capital de giro e, infelizmente, nossa oferta encontrou limitações financeiras e operacionais. Em 2020 recebemos mais de 20 vezes o número de propostas

que recebíamos normalmente. Não paramos, seguimos ainda hoje em busca de ampliação da nossa disponibilidade de recursos financeiros para fornecer mais crédito aos empreendedores catarinenses. Tão logo iniciou a pandemia, disponibilizamos cerca de R\$ 90 milhões para atender exclusivamente micro e pequenos empreendedores. Deste valor, R\$ 37 milhões somente para empresas da área de turismo. Os outros R\$ 53 milhões contaram com subsídio do governo do Estado. Além disso, possibilitamos a prorrogação em até 10 meses da carência para contratos adimplentes e estudamos renovar essa possibilidade para este ano também, entendendo que o processo de retomada da atividade econômica está mais lento do que era esperado.

**O Economista - Como o governo do Estado de Santa Catarina administrou esta grande demanda do micro e dos pequenos empresários?**

**Eduardo Alexandre Corrêa de Machado** - O Governo do Estado, através do Badesc, criou no final de 2020 o Fundo de Aval do Estado de SC (FAE/SC), possibilitando aos micro, pequenos e médios empreendimentos alcançar linhas de crédito competitivas em prazos e taxas, mesmo sem possuir garantias reais a serem ofertadas. Para 2021, trabalhamos inicialmente com a oferta de aproximadamente R\$ 320 milhões, entre recursos próprios e de terceiros, para atendimento aos empreendedores catarinenses.

Deste total, R\$ 100 milhões são direcionados ao setor de turismo. Passada a pandemia, nosso foco estratégico de atuação estará direcionado na busca por apoiar os projetos que visem a formação bruta de capital fixo no território catarinense, proporcionando mais desenvolvimento, emprego e renda para as regiões que carecem de projetos desenvolvimentistas e estratégicos para Santa Catarina.

**PRÊMIO**  
**Mulher Transformadora**  
**2021**

**Mulheres solidárias que, com amor, fazem a diferença na redução de desigualdades**

Indicações podem ser feitas até o dia 30 de julho



Mulher  
ECONOMISTA



**COFECON**  
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA



# Comissão de Desenvolvimento e Projeção do Profissional compartilha conhecimentos

Com o propósito de dar maior dinâmica aos vários projetos que estão em andamento, o Conselho Regional de Economia criou sete Comissões de Trabalho. Cada uma, com seu respectivo presidente e economistas para apoio. Entre elas, há a Comissão de Desenvolvimento e projeção do Profissional Economista, que traz como presidente o economista André Luiz Koerich.

O presidente apostou em debates e análises de especialistas em diversas áreas da economia via lives, que possam tratar da conjuntura econômica catarinense, em todos os contextos, mas principalmente, no pós-pandemia.

“Queremos compartilhar o conhecimento e oportunizar o acesso da sociedade às questões relacionadas à economia”, destaca Koerich.

A ideia é a cada 15 dias promover uma live, sempre no canal oficial do Corecon de Santa Catarina no YouTube.

visite nosso Canal e assista aos vídeos

[YouTube @Corecon Santa Catarina](#)



# Privatização da Eletrobras

A Eletrobras informa ao mercado financeiro que a Medida Provisória 1.031/2021, que dispõe sobre as condições para desestatização da companhia, teve seu prazo de vigência estendido em 60 dias, sendo que seu prazo fatal de vigência vai finalizar em data de 22 de junho de 2021.

O BNDES será o responsável pela execução e acompanhamento do processo de desestatização da Eletrobras, tendo sido autorizado a contratar consultores para a elaboração dos estudos e serviços técnicos especializados, construindo cenários necessários ao processo de privatização.

Não faltarão stakeholders, sendo que os maiores interessados já estão de plantão e entrincheirados à espera desse momento de privatizar a Eletrobras, cuja oportunidade se agiganta com a possibilidade do desfazimento do patrimônio público enfraquecido pela pequenez do Estado empresário.

Destarte é sabido que medidas provisórias têm força de lei assim que publicadas no "Diário Oficial da União". Precisam, contudo, ser aprovadas pelo Congresso para se tornar leis em definitivo.

Neste cenário às cegas, abrimos aspas ao ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, ao se manifestar acerca do processo de privatização da Eletrobras: "É um avanço importantíssimo para o Brasil. Acho que hoje é um dia em que nós temos que celebrar que o setor elétrico nacional vai, finalmente, ter o tratamento que ele merece. Em termos de investimento, em termos de competitividade, em torno de geração de emprego e renda. Serão gerados mais de 130 mil empregos a cada ano por conta desta medida",

...Retórica do mimimi para quem está na corda bamba das danças das cadeiras.

Adicionalmente, a Eletrobras informou que a MP em destaque também prevê a criação de golden share para a União. O termo significa que o governo terá ações preferenciais e, mesmo se perder o controle majoritário, seguirá com poder de voto para determinadas decisões da Eletrobras.

Lembrando, já que a Eletrobras é um ativo estratégico para o país, a ação golden share garante à União o poder de voto em questões estratégicas. Por certo, isso significa que a União, mesmo que perca o controle da empresa, ainda pode vetar as medidas estratégicas que os controladores propuserem. Em suma: é um risco para quem for investidor da Eletrobras, mesmo ela sendo privatizada.

A commodity energia - repetimos - por ser serviço estratégico, o melhor dos mundos seria confiá-los às empresas estatais, para que não sejam contaminadas pelo capital alienígena, que, via de regra, é contrário aos interesses públicos por terem como premissa basilar de mercado o lucro a todo custo.

Diante dessa realidade fática, o modelo de capitalização proposto tem sérias deficiências por não estar alinhado à

modernização do setor elétrico em curso, pois induzirá uma concentração de mercado que afetará tanto o novo mercado livre varejista quanto o mercado atacadista.

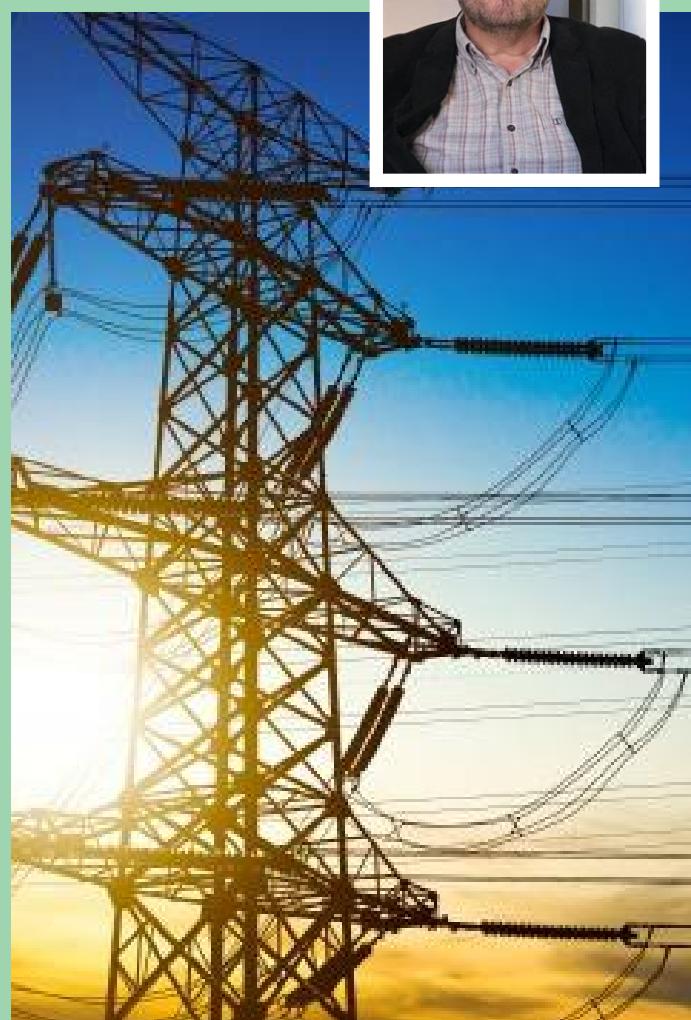
Em resumo, a eficiência operacional decorrente da competição e a busca pelo mercado da cisão das empresas pode fazer com que cada "parte" da Eletrobras tenha potencial de ter mais valor que a própria Eletrobras atualmente.

Segundo análise dos players de mercado, para que a privatização da Eletrobras traga benefícios de longo prazo para a União e para a sociedade brasileira é importante que seja feito um plano de venda de cada uma das subsidiárias, afastando o atual modelo proposto de capitalização.

Por último é necessária cautela e ter em mente que esse processo de privatização será longo!

Luiz Albani Neto

Presidente do Sindecon-SC e Coordenador da Intersindical Base Territorial CGT Eletrosul





# Conheça quem faz o Corecon de Santa Catarina

No dia 6 de janeiro, o Conselho Regional de Economia (Corecon-SC) elegeu o novo presidente Silvio José Martins Filho e a nova vice, Bruna Furlanetto, que cumprirão mandato de um ano. Eles foram empossados juntamente com novos conselheiros, escolhidos no final de outubro de 2020. São eles os economistas Reinaldo Cheraim Chedid, de São José; e Robert Richartz, de Florianópolis, além da nova vice-presidente Bruna Furlanetto. Ralf Marcos Ehmke, de Blumenau; Ademir Tenfen, de São José; e Valdemiro Branco Hildebrando, de Lages, assumiram como conselheiros suplentes.

Veja como ficou a nominata completa da nova diretoria.

## Diretoria 2021



### Presidente

Sílvio José Martins Filho

### Vice-Presidente

Bruna Furlanetto

### Tesoureiro

Paulo Roberto de Jesus

### Gerente Executivo

Rodrigo Nivaldo Martins

## Plenário

### CONSELHEIROS EFETIVOS

#### Mandato 2019/2021

Sílvio José Martins Filho

Nilton Leitempergher

Ivoneti Ramos (licenciada)

#### Mandato 2020/2022

Francisco Grabovski Neto

Ernani Hudler

Leonardo Alonso Rodrigues

#### Mandato 2021/2023

Bruna Furlanetto

Reinaldo Cheraim Chedid

Robert Richartz

### CONSELHEIROS SUPLENTES

#### Mandato 2019/2021

Janypher Marcela Inácio Soares

Marilei Kroetz

Waldemar Bornhausen Neto

#### Mandato 2020/2022

André Luiz Koerich

Fulvio Marino Negro

Alex Onaci Moreira Fabrin

#### Mandato 2021/2023

Ralf Marcos Ehmke

Ademir Tenfen

Valdemiro Branco Hildebrando

### CONSELHEIRO FEDERAL

#### Conselheiro Efetivo

Paulo Roberto Polli Lobo





Juliano Giassi Goulart



Alcides Goulart Filho

# Pandemia e desigualdade social em Santa Catarina

A pandemia da Covid-19 trouxe uma crise econômica e sanitária sem precedentes na história recente. O país que já vivia anos de baixo crescimento econômico, taxas de desemprego elevada e escalada das desigualdades sociais teve uma ampliação das vulnerabilidades em suas múltiplas escalas – de renda, de oportunidades, de gênero e raciais. Logo, na pandemia, o auxílio emergencial é o mínimo de dignidade que o estado pode oferecer como resolução das vulnerabilidades.

Como resultado da crise econômica, estima-se um aumento exponencial da pobreza na América Latina. Segundo Comissão Economia para América Latina e o Caribe (Cepal) e Organização Internacional do Trabalho (OIT), a pobreza extrema na região deve subir para algo entre 13% e 14% e a pobreza para algo entre 33,7% e 35,8% na região. Também está ocorrendo a perda de renda e emprego, além do fechamento das escolas e ampliação do trabalho infantil. Segundo o IBGE, a taxa média de desemprego no Brasil, em 2020, foi de 13,5%, a maior da série iniciada em 2012, e de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), o desemprego hoje no país está em 14,2%, à maior taxa já registrada para o período, atingindo 14,3 milhões de brasileiros.

De qualquer forma, enquanto trabalhadores do setor formal têm algum tipo de proteção social e garantia fundamental caso percam seu emprego, os trabalhadores informais não dispõem da mesma rede de proteção. Assim, nas periferias do Brasil, a situação de pobreza e vulnerabilidade se relaciona aos baixos salários, à precariedade das moradias, a inexistência de saneamento básico e a ausência de comida, que impedem a essas pessoas a realização do isolamento social e dos hábitos de higiene de forma adequada para se proteger do vírus. A crise está impactando nas trajetórias de muitas famílias brasileiras seja pela ampliação da pobreza, do trabalho infantil, do desemprego e da violência doméstica que irá deixar uma cicatriz profunda.

Dito isso, um dos traços mais definidores, aquele que nos une, de nosso país são as desigualdades sociais, econômicas e regionais, que estão piorando com a pandemia. Nesta situação, saem adiante àqueles que podem tem reservas financeiras, apoios e redes de contato. Logo, para mitigar o impacto da crise para milhões de trabalhadores vulneráveis, bem como fornecer algum tipo de alívio econômico para que estes pudessem se recolher e realizar o isolamento social, iniciou-se a pressão para a adoção de algum tipo de benefício emergencial.

Em março de 2020, o ministro da economia, anunciou que o governo federal pretendia liberar um auxílio emergencial de R\$ 15 bilhões em benefícios de até R\$ 200 para trabalhadores informais e autônomos pelo prazo de três meses. No entanto, o Congresso Nacional se articulou elevando esse valor para R\$ 600, com a estimativa de que o auxílio emergencial atendesse 54 milhões de pessoas, 25% da população brasileira. Quando o benefício começou a ser pago, multidões se aglomeraram na porta de bancos, revelando a o tamanho da desigualdade social de nosso país que, segundo Caixa Econômica, 68,1 milhões de pessoas receberam alguma parcela do benefício.

Ao que indica, em 2020, o auxílio emergencial injetou na economia brasileira R\$ 295 bilhões. O auxílio que teve parcelas iniciais de R\$ 600, que depois foram reduzidas para R\$ 300, neste ano, será entre R\$ 150 a R\$ 375 e deve transferir R\$ 44 bilhões a 45 milhões de pessoas, isto é, são R\$ 251 bilhões a menos e 23,1 milhões de pessoas serão excluídas. Logo, considerando essa queda, o Auxílio Emergencial em 2021 não trará a mesma proteção social contra a perda da renda que trouxe em 2020. A taxa de extrema pobreza quanto à de pobreza no país durante a pandemia não foi maior devido ao impacto positivo do auxílio emergencial. As consequências da diminuição do Auxílio Emergencial são muito graves, pois permitem que o empobrecimento e a desigualdade social cresçam em um dos momentos mais críticos da pandemia no país, trazendo impactos negativos de longo prazo para a população brasileira.

Dito isso, no estado de Santa Catarina, segundo IBGE, 536,4 mil catarinenses estavam abaixo da linha da pobreza em 2019, isto é, 7,5% da população ganha menos de R\$ 436 por mês. O IBGE também mostrou que 1,5% dos catarinenses (107,3 mil pessoas) estão abaixo da linha da pobreza extrema, isto é, ganham menos de R\$ 151 mensais, e 66,1% dos trabalhadores recebeu entre meio e dois salários-mínimos por mês. Em 2000, Santa Catarina tinha 12,79% de sua população na pobreza, percentual que reduziu para 3,65%, em 2010, mas voltou a subir, em 2019. Com a pandemia do novo coronavírus, tudo indica que o número de pessoas vivendo na linha de pobreza no estado volte a subir em 2021.

Nesta linha, embora o estado tenha flexibilizado as medidas de distanciamento social a partir de abril de 2020, no ano, Santa Catarina perdeu 220 mil postos de trabalho, chegando a uma taxa de desemprego de 5,3% que é praticamente o dobro dos 2,7% registrados, em 2014, isso sem considerar o grande número de desemprego oculto no estado. Contudo, referente à proposta do Auxílio Catarina (Medida Provisória nº 240 de 2021) publicada no dia 6 de maior e encaminhada ao Parlamento, que tem como objetivo contemplar famílias que não recebem os benefícios do Programa Bolsa Família (PBF) e Benefício de Prestação Continuada (BPC) e que se encontram na pobreza e extrema pobreza, na identificação do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), das 412.268 famílias cadastradas em Santa Catarina, foram selecionadas apenas 43.537, ou seja, somente 10,56% serão beneficiadas.

Para atender essas famílias, o valor ficou definido em R\$ 37,2 milhões, a ser pago em três parcelas mensais de R\$ 200 para famílias identificadas na Base Estadual do Cadastro Único que não recebem os benefícios do PBF e BPC e duas parcelas mensais de R\$ 300 para cada trabalhador com renda per capita mensal de até R\$ 89 por pessoa e famílias com renda mensal entre R\$ 89,01 e R\$ 178 por pessoa. Concedido para aquelas pessoas que tenham perdido o vínculo formal de emprego, entre 19 de março de 2020 e 1º de maio de 2021, podemos considerar um valor irrisório perante o número de total de pessoas cadastradas no CadÚnico do estado de 1.097.583 milhões, ou seja, aproximadamente 15,2% dos catarinenses estão no cadastro do governo.

Assim como no nível federal o Legislativo ampliou o valor do benefício inicial de R\$ 200 para R\$ 600, contribuindo para evitar uma maior exposição dos brasileiros às condições de miséria e pobreza, cabe o Legislativo catarinense ampliar esse valor, bem como entender o prazo das parcelas para evitar queda da renda e aumento exponencial da vulnerabilidade social durante a pandemia da Covid-19. Quanto a isso, importa colocar que há espaço fiscal e financeiro do orçamento do estado para, no mínimo, setuplicar esse orçamento estimado em R\$ 37,2 milhões devidos o superávit de R\$ 1,86 bilhão, em 2020, sem dizer dos generosos privilégios fiscais (renúncia de receita) estimados, para 2022, em R\$ 14 bilhões e da dívida ativa tributária de R\$ 21.435 bilhões.

Os valores iniciais de Auxílio Catarina, enquanto um mecanismo de proteção para os grupos mais vulneráveis, não apenas mitigam os efeitos da crise econômica sobre a renda das famílias, mas também permitem que diversas famílias saiam da situação de pobreza e extrema pobreza. Mas para isso é preciso, no mínimo, setuplicar seu valor, de R\$ 37,2 milhões para R\$ 223,2 milhões, ampliar o prazo das parcelas até o final do ano e estender o número de famílias a serem contempladas. Do contrário, sem a universalização do Auxílio Catarina, muitas famílias serão levadas à situação de pobreza e extrema pobreza, podendo inclusive a taxa de extrema pobreza dobrar no estado, de 1,5% para 3%, e retornar ao indicador de pobreza de 2000 (12,79%). Em síntese, o valor do Auxílio Catarina não é capaz de se contrapor suficientemente ao vertiginoso aumento da pobreza no estado ocasionado pela crise econômica em decorrência da pandemia.

O baixo valor do benefício, somados à alta dos preços da cesta básica não é suficiente e caso não seja elevado pelo Legislativo catarinense, estará empurrando os grupos mais vulneráveis à exposição nas ruas pela busca de subsistência, arriscando um descontrole ainda maior da pandemia. Portanto, elevar o valor do Auxílio Catarina é uma medida urgente!

Juliano Giassi Goularti  
Doutor pelo Instituto de Economia da Unicamp

Alcides Goularti Filho  
Professor da UNESC

# X GINCANA NACIONAL DE ECONOMIA

ENCARE ESSE  
DESAFIO

INSCRIÇÕES DE:

14/06 a  
14/07

PREMIAÇÃO EM DINHEIRO PARA OS VENCEDORES

1º

2º

3º

4º

R\$ 2.500

R\$ 2.000

R\$ 1.500

R\$ 1.000

COMPETIÇÃO ONLINE

ACESSE  
[COFECON.ORG.BR/GINCANA](http://COFECON.ORG.BR/GINCANA)  
E INSCREVA-SE

Podem participar alunos do curso de  
graduação em Economia de todo país



DUPLA CAMPEÃ  
DE 2019

Esse ano a competição  
será individual



**COFECON**  
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA



GINCANA NACIONAL DE  
ECONOMIA

**70**  
Anos  
Assessurando o exercício  
legal e ético da profissão



# Corecon incentiva formação de peritos judiciais

O Corecon fez história neste primeiro semestre de 2021 trazendo curso de perícia judicial online para os economistas de Santa Catarina e de outros estados brasileiros. O curso “Perícia Econômico-Financeira de Contratos Bancários”, ocorreu ao longo de abril e maio, iniciado no dia 24 de abril, com aulas semanais e 32 horas de duração. Uma nova turma para capacitação em perícia econômico-financeira deverá ser aberta no segundo semestre deste ano, mas ainda não há data definida.

As aulas do curso de perícia em contratos bancários foram ministradas pelos economistas André Luiz Koerich, Ademir Tenfen e Tácio Dagostini. No total, 28 alunos, grande parte de fora de Santa Catarina, participaram das aulas, que foram realizadas de forma virtual. “Mais um sábado de estudos. Aprendendo um pouco mais sobre perícia bancária”, escreveu em suas redes sociais a economista e professora na UniFavip, de Caruaru (PE), Eliane Alves.

O curso, com direito a certificação aos participantes, teve o objetivo de apresentar o campo da perícia como uma possibilidade de atuação profissional e habilitar o economista a atuar na perícia em operações de crédito bancário.



## O que é o curso de Perícia Judicial?

O curso de Perícia Judicial é uma modalidade que abrange todas as áreas de formação, na qual o aluno aprenderá os trâmites processuais, como, por exemplo, elaboração de laudo e apresentação ao juiz.

O curso de Perícia Judicial tratou dos aspectos técnicos da atividade pericial, proporcionando aos alunos o conhecimento necessário e a possibilidade de atuar na esfera judicial e extrajudicial.



# Quando a crise chega, o economista já está em ação.

Muitas pessoas podem ser surpreendidas por uma crise, mas não os economistas. Usando o instrumental da Ciência Econômica ele pode prever situações antes que aconteçam e planejar soluções para o momento mais adequado.

Economista, mantenha o registro profissional em dia e continue planejando o melhor futuro para o nosso país.

PROCURE O CORECON  
DA SUA REGIÃO.



**COFECON**  
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA



**CORECON-SC**  
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

